



Câmara Municipal
de
Jundiaí

Interessado: PEDRO OSVALDO BEAGIM

PROJETO DE LEI N.^o **3469**

Assunto: dá redação ao parágrafo único, vetado, do art. 1º da Lei 2.360/79, que obriga limpeza e construção de muro e calçada frontal no terreno urbano e prevê sanção pelo seu descumprimento.

Lei decretada n.^o 2561 de 10/6/81
LEI N.^o 2492, DE 15/06/81
Arquive-se

Diretor Legislativo
19/06/81

Proc. N.^o 14.887
Clas. 503.1.754



FLS
PROC 1333
~~10~~

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
Pela Sua Sessão
Aprovada e Data em 05/10/1980


PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA
PROTÓCOLO DATA
014887 - 08/07/90

CLASSIF. S03 A.755

PROJETO DE LEI N° 3.469

Art. 1º O parágrafo único, vetado, do art. 1º da Lei 2.360, de 9 de julho de 1979, acrescentado pela Lei 2.421, de 3 de setembro de 1980, passa a ter esta redação:

"Parágrafo único. Os muros referidos no artigo terão altura mínima de 60 (sessenta) centímetros."

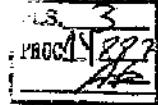
Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, 07/10/1980

PEDRO OSVALDO BEAGIM

PUBLICADO
em 9.1.1990

az
216x316



Imprensa Oficial, 12/07/79

**LEI No. 2360
DE 09 DE JULHO DE 1979**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 19 de junho de 1979, PROMULGA a seguinte lei:

Art. 1º. — O proprietário de terreno urbano, localizado em via pavimentada ou dotada de guias e sarjetas, é obrigado a construir e conservar muros e calçadas defronte sua propriedade.

Art. 2º. — O proprietário faltoso à exigência prevista no art. 1º, cumpri-la-á em prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação, pela terceira vez, de edital, contendo referência à obrigação e à multa prevista nos parágrafos seguintes.

§ 1º. — Vetado.

§ 2º. — A inobservância do prazo previsto no artigo importará em multa diária imediata, durante 3 (três) meses, no valor de 10% (dez por cento) da unidade fiscal.

§ 3º. — A multa prevista no parágrafo anterior e o custo de publicação dos editais serão cobrados no exercício seguinte.

Art. 3º. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(PEDRO FÁVARO)
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos nove dias do mês de julho de mil novecentos e setenta e nove.

(RENÉ FERRARI)
Respondendo pela SNIJ

Imprensa Oficial, 11/09/1980.

LEI No. 2421,
DE 03 DE SETEMBRO DE 1980



O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal, em sessão ordinária realizada no dia 19 de agosto de 1980, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º. — O art. 1º. da Lei no. 2.360, de 09 de julho de 1979, passa a vigorar, acrescido de parágrafo, com a seguinte redação:

"Art. 1º. — O proprietário de terreno urbano é obrigado a mantê-lo limpo, isento de mato, detrito, entulho, lixo ou qualquer material nocivo à vizinhança e à coletividade e, se localizado em via pavimentada ou dotada de guias e sarjetas, a construir e conservar muros e calçadas defronte sua propriedade.

Parágrafo único. — Vetado.

Art. 2º. — O art. 2º. e seus parágrafos 1º., 2º. e 3º. da Lei no. 2.360, de 09 de julho de 1979, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. — O proprietário faltoso à exigência prevista no art. 1º. cumpri-la-á no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação única de edital, contendo referência à obrigação e à multa prevista nos parágrafos seguintes".

§ 1º. — Em caso de inadimplemento da obrigação no prazo previsto a Prefeitura poderá executar, por seus servidores ou por administração, as obras e/ou serviços, cobrando do proprietário o seu custo, acrescido de 30% a título de taxa de administração.

§ 2º. — A inobservância do prazo previsto no artigo importará em multa diária imediata, durante 3 (três) meses,

no valor de 10% da unidade fiscal, para cada infração no concernente à limpeza, à construção de muro e à construção de calçada, independente da cobrança do custo e da taxa de administração.

§ 3º. — O custo e a taxa de administração previstos no § 1º., a multa prevista no § 2º. e o custo dos editais serão cobrados no exercício seguinte".

Art. 3º. — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(PEDRO FÁVARO)
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos três dias do mês de setembro de mil novecentos e oitenta.

(RENÉ FERRARI)
Respondendo pela SNIJ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

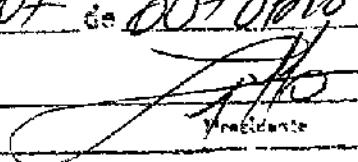
F.S. 5
PHOTOGRAPHY
1980

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

Gabinete do Presidente

A Assessoria Jurídica para emitir,
parecer no prazo de ____ dias.

Em 07 de outubro de 1980

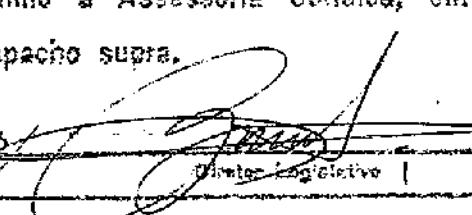

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

Diretoria Legislativa

Aos 7 de 10 de 1980

encaminha a Assessoria Jurídica, em cumprimento
ao despacho supra.


Diretoria Legislativa



ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER N° 2.561

PROJETO DE LEI N° 3.469

PROC. N° 14.887

De autoria do nobre Vereador Pedro Osvaldo Beagim, o presente projeto de lei tem por finalidade dar nova redação ao parágrafo único, vetado, do art. 1º da Lei n° 2.360, de 9 de julho de 1979, fixando em 60 cm a altura mínima dos muros referidos no artigo.

PARECER

1. O presente projeto de lei é legal, quanto à iniciativa e à competência.
2. A matéria é de natureza legislativa.
3. Além da Comissão de Justiça e Redação, deve ser ouvida a Comissão de Assuntos Gerais.
4. Sua aprovação dependerá do voto favorável da maioria dos Srs. Vereadores presentes à Sessão.

S.m.e.

Jundiaí, 14 de outubro de 1980

Dr. Aguinaldo de Bastos,
Assessor Jurídico.

*



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

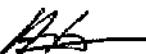
57
100314893
AS

CAMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

Diretoria Legislativa

Aos 20 de outubro de 19 80

Recebi da Assessoria Jurídica e submeto a
Presidencia.


Diretor Legislativo

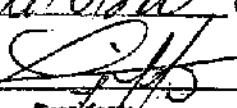
CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

Gabinete do Presidente

A Comissão de Justiça e Redação

para emitir parecer no prazo de _____ dias.

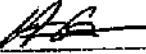
Em 21 de Outubro de 19 80


Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

Diretoria Legislativa

Aos 21 de outubro de 19 80
encaminho ao sr. Presidente da Comissão de
Justiça e Redação, em cumprimento
ao despacho supra.


Diretor Legislativo

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

Comissão de Justiça e Redação

Ao Vereador sr. J. V. V. S.

para relatar no prazo de _____ dias.

Em 21 de outubro de 19 80


Presidente



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROC. N° 14.887

PROJETO DE LEI N° 3.469, de autoria do vereador Pedro Osvaldo Beagim, que dá redação ao parágrafo único, vetado, do art. 1º da Lei 2.360/79, que obriga limpeza e construção de muro e calçada frontal no terreno urbano e prevê sanção pelo seu descumprimento.

PARECER N° 655

O nobre Edil Pedro Osvaldo Beagim, objetiva o estabelecimento de altura mínima de muros a que se refere a lei nº 2.421, restabelecendo o parágrafo único do art. 1º, da lei nº 2.360, vetado, dando a redação cujo teor se contém nessa propositura.

O projeto se apresenta devidamente instruído, contando já com o parecer favorável da Assessoria Jurídica da Edilidade, que em sucinto pronunciamento realça a legalidade da matéria.

De nossa parte, examinamos detidamente o contexto do projeto e nos pronunciamos por sua tramitação e consequente aprovação plenária.

Nada a opor.

Sala das Comissões, 23-10-1980.

Aprovado em 4-11-80

ARTUR CASTRO NUNES FILHO

* RANDAL JULIANO GARCIA

mc
215x315 mm

DUÍLIO BUZANETI,
Presidente e relator.

EDMAR CORREIA DIAS

TARCÍSIO GERMANO DE LEMOS

FLS. 0
PROC 14182
[Signature]

Câmara Municipal de Jundiaí

CAMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

Diretoria Legislativa

Aprovado em 1a. discussão na Sessão
ORDINÁRIA realizada no dia 28 de
abril de 1981
Encaminho a Presidência para despacho.

Em 29 de mai de 1981

[Signature]
Diretor Legislativa

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

Gabinete do Presidente

A Comissão de Assuntos Gerais

para emitir parecer no prazo de 20 dias.

Em 29 de 04 de 1981

[Signature]
Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

Diretoria Legislativa

Aos 29 de 4 de 1981

encaminho ao sr. Presidente da Comissão de
Assuntos Gerais, em cumprimento,
ao despacho supra.

[Signature]
Diretor Legislativa

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

Comissão de Assuntos Gerais

Ao Vereador sr. Anísio Tóte

para relatar no prazo de 8 dias.

Em 29 de mai de 1981

[Signature]
Presidente



COMISSÃO DE ASSUNTOS GERAIS

PROC. N° 14.887

PROJETO DE LEI N° 3.469, de autoria do vereador PEDRO OSVALDO BEAGIM, que dá redação ao parágrafo único, vetado, do art. 1º da Lei 2.360/79, que obriga limpeza e construção de muro e calçada frontal no terreno urbano e prevê sanção pelo seu descumprimento.

PARECER N° 759

As colocações técnicas, bem como a diversificação de entendimentos, no tocante à altura dos muros, tem sido uma constante neste Legislativo.

Não obstante, temos para conosco que este Projeto poderá, em se fixando, ao depois de transformado em lei, colocar um paradeiro definitivo nesta questão.

Parecer, pois, favorável.

Sala das Comissões, 07-5-1981.

AUÇÔNIO TOZETTO,
Relator.

Aprovado em 12-5-81

JOSE RIVELLI,
Presidente.

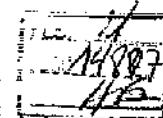
LAZARO ROSA

JORGE ROQUE DE MOURA

ANTONIO TAVARES

*

INC



(Proc. nº 14.887 - L.D. nº 2.561)

PROJETO DE LEI Nº 3.469

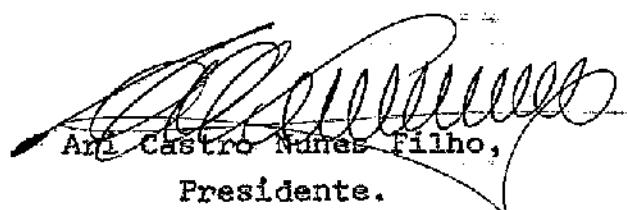
A Câmara Municipal de Jundiaí, Estado de São Paulo, DECRETA a seguinte lei:

Art. 1º - O parágrafo único, vetado, do art. 1º da Lei 2.360, de 9 de julho de 1978, acrescentado pela Lei 2.421, de 3 de setembro de 1980, passa a ter esta redação:

"Parágrafo único - Os miros referidos no artigo terão altura mínima de 60 (sessenta) centímetros."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Jundiaí, em dez de junho de mil novecentos e oitenta e um (10-06-1981).


Ari Castro Nunes Filho,
Presidente.

*

ss



Câmara Municipal de Jundiaí

São Paulo

cópia

19887
JUN

PM.06-81-11.

10

junho

81.

14.887

Excelentíssimo Senhor,
Prof. Pedro Fávaro,
Digníssimo Prefeito do Município de
Jundiaí.

Para sanção desse Executivo, temos a honra
de encaminhar a V.Exa. os autógrafos do PROJETO DE LEI Nº -
3 469, devidamente aprovado por este Legislativo na Sessão Or-
dinária realizada no dia 09 de junho do corrente ano.

Aproveitamos este ensejo para apresentar a
V.Exa. nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Álvaro Castro Nunes Filho,
Presidente.

ANEXO: duas vidas da lei.

W.

215x315 mm



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

FLS. 15
MDC 1981

GP. L. 114/81

16 JUN 1981

X P E D I E N T E

Jundiaí, 15 de junho de 1981.

JUNTE-SE.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

ARI CASTRO NUNES FILHO

Presidente, 15-06-81

Permitimo-nos encaminhar a V.Exa.
o original do projeto de lei nº 3 469, bem como cópia da Lei-
nº 2492, promulgada nesta data, por este Executivo.

Na oportunidade, reiteramos os -
protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

(PEDRO PÁVARO)

Prefeito Municipal

A

Sua Excelência, o Senhor
Vereador ARI CASTRO NUNES FILHO
DD. Presidente da Câmara Municipal de Jundiaí

N e s t a

na.-



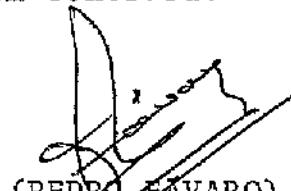
LEI N° 2492 DE 15 DE JUNHO DE 1981

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, -
de acordo com o que decretou a Câmara Municipal, em sessão ordinária realizada no dia 09 de junho de 1981, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - O parágrafo único, vetado, do art. 1º da Lei 2.360, de 9 de julho de 1979, acrescentado pela Lei 2.421, de 3 de setembro de 1980, passa a ter esta redação.

"Parágrafo único - Os muros referidos no artigo terão altura mínima de 60 (sessenta) centímetros".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



(PEDRO BAVARO)

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos quinze dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta e um.



(RENE FERRARI)

Respondendo pela SNIJ

na.-

1981/2

LEI No. 2492

DE 15 DE JUNHO DE 1981.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal, em sessão ordinária realizada no dia 09 de junho de 1981, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º. — O parágrafo único, vetado, do art. 1º da Lei 2.360, de 09 de julho de 1979, acrescentado pela Lei 2.421, de 3 de setembro de 1980, passa a ter esta redação.

“Parágrafo único — Os muros referidos no artigo terão altura mínima de 60 (sessenta) centímetros”.

Art. 2º. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(PEDRO FÁVARO)
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos quinze dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta e um.

(RENÉ FERRARI)
Respondendo pela SNIJ

ANDAMENTO DO PROCESSO

DATA	HISTÓRICO	ASSINATURA
7-10-80	Protocolo	
7-10-80	A Ass. Jurídica	
21-10-80	A Comissão Jurídica e Redação-	
04-11-80	Portaria CCR Aprav- Apto p/ 12 disc.	
28-4-81	Aprov- 12 disc.	
29-4-81	A.C. A.G.	
9/6/81	Aprov 25 disc.	
10/6/81	Lei decretada	
15/6/81	" Promulgada	
12/6/81	" Publicada.-	

"OBSERVAÇÕES"

PL Gravado em 09/01/1982 AJ Gravado em 29/10/1980 ~~ABE~~ Gravado em 12/12/1980

A N E X O S

Feb. 17 - 20/10/20. AM. 20. 8/9-4-11-20 06. Feb. 7 - 29/1/20. AM. Feb. 10 - 13/1/20. AM.
Feb. 11/15 - 13/1/20. AM.

AUTUADO EM 07/10/80


Páginas: 1
Diretor Legislativo